Pola:ter:e

pola:gren

A Monarquia

Diario Integralista da Tarde

Director
Conde de Monsaraz
Redactor principal
Antonio Sardinha
Propriedade da Sociedade Integralista Editora, Limitada
Escritorios e tipografia
R. de S. Paulo, 20
Impressão — Rua da Atalaia, 154
Editor — João A. Santos
Telefone: C. 1033

Os modos de sentir e pensar da geração nova

.....

Vivemos todos sobre uma imensa sepultura. Escutemos a voz dos mortos, que é conselho e lei dos vivos.

Les vivants sont gouvernés par les morts, dizia Augusto Comte. Palavra admiravel, que traduzida em mais rasteira e menos urdida linguagem significa que uma indestructivel solidariedade une os paes aos filhos, e que na hora breve que passa não somos senão os usufructuarios das energias que nos crearam, —*o instante duma coisa imortal.*

O que em nós ha de mais profundo e mais real são esses elementos que nos foram transmitidos; essas hereditarias maneiras de sentir e pensar, que formam a tradição. Por isso Bourget poude dizer um dia que realismo e tradicionalismo são termos sinónimos.

Numa velha cidade da Grecia, certa vez que uma resolução importante devia ser tomada, a gente da terra enviou uma deputação a consultar o oraculo; e a divindade respondeu que tomassem o conselho da maioria. Logo compreenderam os sabios helenos que o oraculo designava os mortos, porque na longa cadeia do tempo os vivos não formavam senão uma pequena minoria para salvaguardar os interesses dos descendentes, tinham por isso de se inspirar nos sentimentos dos Avós.

Res eodem modo conservantur quo generantur, era a divisa profunda de Rivarol, um dos grandes mestres do tradicionalismo; e foi por ter desconhecido o principio essencial que estas palavras encerram, que um seculo inteiro de revoluções destruiu os fundamentos do Estado.

A experiencia dos seculos é confirmada pelas mais recentes hipoteses das sciencias da vida. Entre as ideas tradicionalistas e as leis da evolução e selecção que os naturalistas do ultimo seculo formularam, ha uma tão funda relação, que os mais belos espiritos deste tempo todos a confessaram e anotaram.

Em verdade, quem diz evolução diz o contrario de revolução. Uma sociedade que evoluciona desenvolve-se, não recomeça a sua vida a cada nova geração que desponta.

A famosa lei de Darwin, ao contrario do que cuida a mentalidade estreita de aqueles a quem Santo Agostinho chamava *enversores*, os desvastadores, não é sinonimo de mudança, resume, pelo contrario, o esforço para a duração, a permanencia pela adaptação.

A especie não evoluciona senão para se conservar, para manter a possibilidade de realizar certas funções, sem as quaes deixaria de existir. As suas modificações significam apenas resistencia.

Assim tambem os povos fortes (a historia da Inglaterra, da Alemanha e do Japão está iluminando-se com os mais claros exemplos) não evolucionam senão para proteger os intimos elementos historicos, sem os quaes se desnacionalisariam. se destruiriam.

Quem diz selecção, diz desegualdade, e desegualdade herdada. O universo fisico foi formado sob o mesmo tipo do universo moral. A celebre lei da Vida, a que René Quinton, tido como um dos mais ilustres biologistas contemporaneos, deu o nome de *lei de constancia*, encheu de novas razões a velha tese tradicionalista.

René Quinton, após uma longa serie de experiencias, que o grande Claude Bernard, o inventor da teoria do meio vital, teria seguido com curioso interesse, mostrou que todos os organismos da escala zoologica tendem a manter as celulas que os compõem num meio quimicamente semelhante ao seu meio original. E Quinton assenta que este meio em todo o ser vivo se conserva identico.

No homem, por exemplo, o plasma sanguineo é constituido por saes cuja composição quimica é exatamente a da agua do mar. E assim, portanto, ha sempre uma constancia absoluta do meio vital.

Eis a confirmação inesperada do adagio esquecido do exilado de Hamburgo: *as coisas canservam-se pelo mesmo modo que foram geradas...*

Ah, como vae longe o tempo em que os tribunaes romanticos queriam fazer acreditar que a sciencia era aliada da Democracia! Todas as conclusões da sciencia levam positivamente ao contrario, pondo-se em estreito acôrdo, em perfeita harmonia com os principios tradicionalistas.

Não é por sentimento apenas que eu sou tradicionalista: sou-o pelos exemplos da Historia, pelas lições da Sciencia, pela razão.

A hereditariedade do poder aparece ao meu espirito com inteira évidencia, como sendo a unica instituição capaz de fazer face ás dificuldades nacionaes. O segredo do excepcional desenvolvimento da Alemanha moderna está na estreita colaboração da sua dinastia com as qualidades adventicias da raça alemã.

A sua natalidade poderosa, a sua admiravel actividade economica poderiam não ter chegado senão a enriquece-la; mas estes elementos de prosperidade, explorados e com habilidade, dirigidos pela dinastia dos Hohenzollern,—tornada a consciencia viva do povo germano, fizeram da Alemanha essa nação armipotente, ciosa mais que todas da hegemonia militar.

Só esta palavra—*dinastia*—é um ensinamento completo. Já os antigos tinham constatado a força que a um povo dá a fusão dos seus interesses com os de uma familia superior, atavicamente interessada na prosperidade nacional.

A grandeza actual da Alemanha é feita destes dois elementos: vitalidade da massa da nação, e dinastia dos Hohenzollern dando forma a esta pujança de vida. E' que, na frase perfeita de um dos mestres da nossa contra-revolução, *«o Principe expõe seus povos, e expõe a si mesmo, se quer menos do que pode, e é menos do que deve.»*

Para encontrar as leis da renascença nacional, procuremos as leis da formação nacional. A' inconsciencia sistematica do regimen democratico opõe a doutrina que defende a consciencia dos factos. E' da filosofia da Historia que se extraem os principios do *Integralismo Lusitano*.

O patriotismo é um sentimento; o Integralismo é uma doutrina. O Integralismo é um patriotismo dialectico. Como do sentimento religioso se determina uma filosofia religiosa, assim do sentimento patriotico se produz o Integralismo, ou filosofia da Patria.

A republica procura o progresso da humanidade e o desenvolvimento individual dos cidadãos; o Integralismo procura o progresso e o desenvolvimento da Patria. Integralista quer dizer: patriota tradicionalista; patriota português não basta.

Esta distincção implica uma diversa concepção da idea de Patria. O integralista considera a Patria na sua realidade historica; os republicanos consideram-a duma maneira abstracta, sem rafzes no passado. Nós consideramos a Patria como uma tradição viva; os outros, como uma entidade submetida a pontos de vista individuaes. Nós procuramos na Historia as condições fundamentaes da nossa acção politica; para os outros, ser patriota é ser inimigo do Portugal antigo.

Da idea Integralista nasce a idea monarquica. A Monarquia é a verdade politica, porque corresponde ás necessidades do Portugal contemporaneo. Assim, o Integralismo, tomando por base esta idea verdadeira, corresponde aos desejos e ás necessidades do nosso tempo.

A magia de certas palavras começa já a perder o seu antigo encanto. A Liberdade, com L grande, aparece aos olhos de todos os sinceros patriotas como uma manifestação de simples orgulho individual em face das necessidades da salvação publica.

Quando se fala de Egualdade logo lembra a frase celebre do republicano Albert Thomas, e todos com ele repetem que a desigualdade é a lei. De todas as fraternidades apregoadas, a fraternidade da Patria é a unica que subsiste.

O Integralismo deseja estabelecer um regimen mais autoritario, e ao mesmo tempo mais livre, do que o adoptado pela Monarquia parlamentar deposta em cinco de outubro. Mais autoritario, porque o Rei terá a iniciativa e a força do governo; o seu poder não será partilhado, sabe-sa-ha sempre de quem emana o acto de auctoridade.

Entretanto o regimen será mais livre, porque esse poder, nem dividido nem partilhado, será mais restricto e limitado. Emquanto que o Estado parlamentar, incapaz de grandes emprezas, se intromete em tudo, sem ter nunca de responder por coisa alguma, o Estado integralista, mais vigoroso na esfera da sua competencia imediata, verá a sua autoridade diminuir, até desaparecer para alem dos limites que lhe marcam os municipios, as provincias, a organisação local e geral das profissões e dos interesses.

Ao paradoxo de Thiers, o rei reina mas não governa, o *Integralismo Lusitano* opõe a formula tradicional: o rei governa, mas não administra.

A liberdade de pessoas e a independencia das fortunas são garantidas hoje pelo Parlamento e pela teia labirintica das leis que, como a figura lendaria de Penepole, constantemente está tecendo. Mas tendo força de lei tudo o que o Parlamento vota, e sendo o Parlamento um poder colectivo que benifícia na pratica duma irresponsabilidade completa, segue-se que vivemos sob um despotismo anonimo e colectivo, sem nenhum limite, sem nenhum contra-péso. A semilhantes garantias ainda a comedia eleitoral ajunta equivocos e confusão.

O Integralismo opõe ao Parlamento Côrtes representativas, que não sejam producto do sufragio universal, que não é nunca a expressão da vontade nem dos mais cultos. Nessas Côrtes quer a doutrina integralista esteja representado tudo o que no Estado é permanente e vivo: lá terá representação o interesse intelectual, servido pelas corporações scientificas e docentes, as Academias e a Universidade; lá terá representação o interesse moral e religioso, pelo Clero; o interesse material pelo comercio, pela industria, pela agricultura; o interesse aristocratico, por aqueles que perpetuam nomes ilustres da Historia, que representam as grandes emprezas nacionaes, virtudes, talentos, heroismos, isto é, as aristocracias do sangue, da virtude e da riqueza generosa; os operarios lá terão representação pelos seus sindicatos; e como alem disto tudo ha um interesse comum, colectivo, bem determinado,—o da defeza—, serão seus naturaes representantes os militares.

As garantias civis serão então reais e ligadas á associação dos cidadãos: a liberdade de associação corresponderá pela sua plenitude á liberdade do governo.

O *Integralismo Lusitano* não levanta o plano do Estado firmando-se em quimericas esperanças na virtude dos homens; baseia-se na Historia e na psicologia quotidiana. No estudo da observação directa do que fomos e somos e não em possibilidades morais que nenhum passado autoriza a formular, é que é erguido o nosso pensamento reformador.

O *Integralismo Lusitano* é a expressão da vida nacional organisada pelo tempo; isto é, a afirmação do principio monarquico,—tradição politica;—a liberdade municipal,—tradição democratica; a unidade catolica,—tradição religiosa.

A Monarquia e o Catolicismo são dois aspectos da mesma verdade imortal; são como dois caminhos que não só convergem, mas comunicam tambem entre si.

A restauração da Monarquia tradicional traz consigo a destruição duma causa viva de irreligião, de um instrumento oficial de descristianisação metodica,—a Maçonaria. A vida da Republica tem sido calcar aos pés as mais elementares noções de liberdade e de justiça pelo sentimento da grande maioria da Nação e de respeito pelos direitos inalienaveis da Igreja Catolica.

Para afastar da republica todos os catolicos, basta a afirmação tantas vezes feita de não reconhecer nenhum culto. E segundo a letra da encíclica *Libertas Praestantissimum*, nem sequer se pode admitir que todas as religiões reclamem iguais direitos na sociedade.

O homem tem o dever inliudivel de defender a Deus e as coisas de Deus, sobretudo onde estejam sendo atacadas. Ora, é de preferencia no terreno politico, e pelos politicos, que esse ataque se dá hoje com mais vigor. E', pois, um dever religioso intervir na politica da Nação.

.....

.....

Luís de Almeida Braga.

Miguel Vieira da Silva

Léram o nosso editorial de ontem? Pois mais uma vez o repetimos:—Miguel Vieira da Silva, a quem o nosso movimento já deve um apostolado brilhante, ainda no Quotorze de Maio andou no Porto de armas na mão pelo senhor Afonso Costa. Salvou-o a sua sinceridade aliada á sua inteligencia. Que este exemplo, sinal de como o *Integralismo* avança, sirva de coreção e avisa nos que olimpicamente se esqueceram de nós, na passagem modesta do primeiro aniversario de *A Monarquia*.

"Os fastos portuguesês"

II

A sua historia—Escrupulos jacobinos da imprensa da Universidade de Coimbra—La Harpe e «Les fastes» de Lemierre—Faz-se definitivamente a impressão dos «Fastos portuguêses»—Um poema duplamente nacional—Sentimento, graça, vigor, colorido, ironia e erudição—O desenho da capa e as gravuras—Uma apoteose nacional

Congraçando elementos do calendario cristão, da historia de Portugal, de festejos populares, de costumes da côrte, de acontecimentos lisboetas, de lendas ainda pagãs, usando da sua musa fecundissima, da sua inspiração divina, do seu metro irreprimivel, do seu estylo vernaculo e classicamente português, ao cabo de alguns anos, o visconde de Castilho tinha traçado as seis partes do poema correspondentes aos primeiros seis mezes do ano.

Neste passo, a terrivel tragedia que ceifou a vida de El-Rei Dom Carlos e do seu discipulo dilecto, o Principe Dom Luiz Filipe, enchia-o de indignação e de dôr e forçava-o a pousar a pena. Os Fastos Portuguezes, como os latinos, constariam apenas de metade da nossa *folhinha*.

Triunfo a republica. Algum tempo depois, a Imprensa da Universidade de Coimbra encarrega-se gostosamente da impressão do belo poema nacional.

Ora sucede que, em certa data, nasceu um virtuoso e sabio jesuita de quem o auctor entendeu dever ocupar-se em lindos decassilabos, traçando ao mesmo tempo um merecido elogio da Companhia de Jesus. Pois, senhores!, parece impossivel mas não é!: o director da imprensa universitaria fez observar para Lisboa que, em vista dos tempos que iam correndo, a Universidade tinha escrupulos em publicar aquelas palavras elogiosas para o jesuita e para a Companhia de Jesus e então observava ao sr. Visconde de Castilho que o melhor era s. ex.ª modificar ou eliminar aqueles versos!!!

Castilho respondeu nobremente, é claro, que aquelas palavras traduziam para si a expressão da verdade e que portanto não as substituia nem as eliminava do seu poema. Se a Imprensa da Universidade de Coimbra quizesse imprimir a obra assim: muito bem; senão... não. A resposta que vem então de Coimbra (pasmai, ó gentes!) é que em vista do exposto, a Imprensa da Universidade não podia continuar a impressão do poema !!!

Furtemo-nos a comentarios e passemos adeante dizendo que Castilho, desgostoso com isto, poz de parte a idea de o fazer publicar. Só anos mais tarde, a instancias de pessoas amigas que lhe ouviram ler aquela maravilha, é que concordescende em que se pense de novo na sua publicação. Mas desta vez cheio de receios, que a sua modestia e só ela lhe ditavam.

E' curioso, por exemplo, relatar, para se ver como a simplicidade e a modestia são apanagio das almas grandes, um episodio interessante que se deu por essa ocasião.

Estava já o original na Livraria Ferreira quando Castilho, no seu recanto do Lumiar, ao reler La Harpe, deparou com uma passagem do severo critico do seculo XVIII, em que deprecia rudemente *Les Fastes* que Lemierre escreveu sobre o calendario francez, decalcados no imortal poema de Ovidio. No seu grande respeito por La Harpe, Julio de Castilho, pensando que o seu poema podesse ter os mesmos defeitos que aquele aponta a Lemierre, preocupa-se, pondéra, exita, e resolve ir á Livraria Ferreira buscar o seu manuscripto e impedir assim que a publicação dos Fastos se faça. Felizmente que, amigos fieis conseguiram dissipar taes receios; e a impressão continuou.

Dizemos felizmente porque a nova obra do Visconde de Castilho é um dos imortaes poemas que se teem escripto em lingua portugueza.

Em verso branco, por ser o que melhor se coaduna com a indole da obra, perderia em graça por não ser rimado, se aquele não fosse o verso mais belo que ha quando cultivado com a mestria com que Julio de Castilho o sabe cultivar. Digno aluno de seu pae, o meiro do poeta das *Manuelinas* não é menos rimico, não é menos puro, não é menos belo, do que o do auctor da *Primavera*.

Os Fastos Portugueses são um poema duplamente nacional: pelo assunto que exalta e pela linguagem em que está escrito. Numa epoca em que a *desnacionalisação* se começou fazendo sentir pelo desaparecimento de todo o encanto da lingua portuguesa, abastardada de irritantes estrangeirismos, o estilo em que se cantam os nossos fastos deve ser altamente apreciado porque, restituindo o belo idioma de Camões á sua verdadeira forma, constitue uma fonte de beleza ha muito extinta, onde todos os novos literatos, despindo a sua vaidade, deverão ir beber proveitosamente o fructo de tão rara lição.

Como ali resalta a beleza imorredoira da nossa lingua! E ainda ha quem diga que ela é feia! E' a mais bela das linguas latinas. Os nossos modernos escritores é que a não sabem manejar.

Só isso valorisava o poema; mas ainda ha mais e muito mais.

Apesar da sua idade avançada, Castilho impregnou os «Fastos» dum vigor e duma inspiração dum rapaz de vinte anos. Que energia e grandeza a recordar as passagens heroicas da nossa historia! Que suavidade e ternura ao invocar o finteiro que fôra de seu pai, ao evocar a figura angelica de Inês de Castro, ao saudar a chegada risonha da primavera! E, a par disto, que viveza e colorido nos festejos populares; que minucia de detalhe nas cerimonias da côrte, que leve e bem cabida ironia ao referir-se a varios aspectos da politica; que religiosidade e unção ao relatar as festas da nossa Igreja Católica!

Quantos episodios podiamos salientar aqui; quantas belezas destacar; e a quantas transcrições recorrer, com a certeza de não enfastiarmos o leitor. Mas, não; para quê? Preferimos aguçar-lhe a curiosidade e acender-lhe um maior desejo de conhecer o livro.

Dir-lhe-hemos ainda apenas que, parecendo que possa ser uma leitura pesada e fastidiosa, é, pelo contrario, cheia de interesse, de colorido, de variedade, e ao mesmo tempo de unidade e de conjunção. Ali vibra-se, sente-se e aprende-se.

Como se isto não bastasse, o genio de Castilho, enriqueceu ainda mais aquela obra com dois trabalhos saidos da sua mão de artista-desenhador. A capa, que é uma joia de ornatos, é tambem obra sua. Raros livros se terão visto escritos e ilustrados pelo mesmo autor.

Em dois medalhões, um no frontespicio, outro no verso, divisam-se os bustos de Ovidio e de Castilho: o autor e o tradutor dos «Fastos romanos»; e dentro, numa gravura não menos primorosa, o retrato de Filinto Elisio, que primeiro tentou escrever uns fastos portugueses e á memoria de quem Julio de Castilho dedicou por isso este seu monumental poema.

Eis uns breves apontamentos sobre o Autor e sobre a obra que, vindo enriquecer poderosamente a nossa literatura, vem levantar bem alto, agora que *tão necessario é*, o nome glorioso de Portugal.

Caetano Beirão.

Caldo entornado

Como é sabido, o sr. ministro do trabalho foi a Braga, de onde se acenava a gente da terra, que o telegrama do sr. Machado Santos, mandando soltar os presos que no consulado Afonsino pozeram a cidade a saque, profundamente alarmara.

Chega-nos agora o relato da recepção que na augusta cidade foi feita ao sr. Feliciano da Costa. Lêmos nos «Ecos do Minho» que o sr. ministro do trabalho, respondendo ao ilustre presidente da Camara de Braga, dissera que a sua visita ao norte queria verificar se a cidade continuava guardando a confiança que testemunhara ao sr. Sidonio Paes, visto *ter havido quem tentasse, numa insidiosa visita a Braga, tirar fôrças ao governo*.

Depois da critica do sr. Sidonio Paes até á visita do sr. Feliciano da Costa, a cidade de Braga foi apenas visitada pelo sr. Brito Camacho. E, portanto, ao sr. Brito Camacho que o sr. Feliciano da Costa se refere. Por serem ditas por um ministro, que no atual governo tem uma situação muito especial, por ter sido um dos membros da Junta Revolucionaria, as palavras do sr. Feliciano da Costa merecem ser meditadas. Elas vem explicar muita coisa que para ahi se diz.

O sr. Brito Camacho é raposa matreira e velha e, segundo se afirma, pelado como os macacos. Mas está-se vendo agora que o sr. Feliciano da Costa é caçador arguto. A pontaria é boa. E porque se fala de tiros, lembra-nos a frase celebre, agora tão a proposito:—*O que ha?*

Parece que o sr. Brito Camacho quiz mecher demais no caldo e entornou-o. O bloco republicano, formado pelos democraticos, evolucionistas e unionistas vai em breve começar um vigoroso ataque contra o governo. Segundo correm as eleições, que os puros republicanos acham já muito demoradas, serão a bandeira da guerra. E o discurso do sr. ministro do trabalho, em Braga, conjugado com o inquerito agora aberto na «Lucta», mostra que não é um simples boato a noticia que o gabinete está em crise, devendo sair do governo os ministros unionistas.

A ver vamos. E até lá o *que ha?*

José Martins de Sousa

Encontra-se em Lisboa este nosso presado amigo e correligionario.

Cumprimentamo-lo.

O que é a democracia

Ambições e vaidades. Miserias dum partido e miserias do front. Um artigo do major sr. Cristovam Ayres

O partido democratico teve uma consciencia que lhe falava claro:—um povo inteiro repelia todo esse bando de aventureiros que dizendo-se portuguêses e patriotas, perseguiram os portuguêses, cuspiram na memoria e na honra dos seus heroes, e desrespeitaram as suas tradições e sua historia onde, mais tarde, se escreverá o nome de Afonso Costa para emparelhar com o nome de Miguel de Vasconcelos.

O partido republicano não será nunca uma virtude nem uma necessidade nacional, porque o partido republicano descende em linha direita do constitucionalismo, como a republica é filha legitima do assassinio barbaro de D. Carlos.

A republica é a resultante de um erro. E porque assim é, ela não é uma virtude, e á sua sombra não poderão medrar virtudes. A republica é a democracia. A democracia é a igualdade. A igualdade é a incompetencia.

Num regimen de igualdades faceis, a incompetencia triunfa, e os mais habeis, que nunca ou quasi nunca não são os mais honestos, é que triunfam.

Vaise ao parlamento por vaidade: para se dizer aos visinhos que se é deputado, ou para na camara se fazerem exercicios literarios.

Por vaidade e ambição é-se ministro. Na monarquia, apesar de todos os defeitos que aleivosamente lhe apontaram, não encontramos um só ministro pobre que morresse opulento, com grandes quantias nos bancos, ou com predios em Bemfica a render.

Na Republica que vimos nós?

Apareceram ministros e patrioteiros que não sabiamos em que escolas tinham andado, que obras tinham trabalhado, que patriotismo tinham revelado.

Mas quem atentasse bem nas operações politicas, via o seguinte:—nomeavam-se autoridades, constituiam-se ministerios, por necessidades, não publicas, mas partidarias.

Processos estes que fatalmente tinham de desagradar a uma nação inteira que não se vendia, que não se submetia e que não transigia molemente.

E o partido democratico, para triunfar, para se manter no poder, usou da violencia. Estar de posse dos dinheiros da nação era tudo, o resto pouco ou nada importava.

O povo podia gemer, podia sofrer a fome e a sêde. Contanto que o sr. Afonso Costa governasse e dispuzesse dos dinheiros e dos homens como coisas suas, tudo ia bem.

Fechavam-se jornais, expulsavam-se jornalistas, prendiam-se todas as pessoas desafectas ao sr. Afonso Costa, para que se não escrevesse nem falasse. Creou-se a censura para que a verdade fosse amordaçada e o sr. Afonso Costa continuasse no poder.

Como entramos na guerra?

E' um misterio que em breve se ha de apurar.

Para combater a Alemanha? Mas Moçambique, por incompetencia dos governos, está nas mãos dos alemães...

Não será ao sr. Antonio José de Almeida, romantico palavroso, um homem que num excesso de verborreia insultou a Inglaterra na *Alma Nacional*, que se devem pedir contas dos nossos desastres.

Ele é o sonambulo dum partido que não existe, ele é o protegido do sr. Afonso Costa.

Pedir-lhe contas, para quê, se ele não sabe o que faz, nem o que diz?

Contas devem-se pedir ao sr. Afonso Costa, amigo de Bolo Pachá e Malvy; contas se devem pedir ao sr. Norton de Matos, mau monarquico na Monarquia, e mau português na republica. Contas se devem pedir tambem ao sr. Leote do Rego que se mostrava *patriota* bombardeando Lisboa, quando ele devia partir para Africa auxiliar as nossas tropas, doentes, sem meios de comunicação, sem nenhuma especie de auxilio.

A esses se devem pedir contas, a esses que não conseguindo a porta aberta em Angola, aproveitaram a guerra, para entregarem Moçambique aos alemães.

Entramos na guerra para quê?

Os resultados já os estamos vendo.

Retiramo-nos hoje da guerra, era uma loucura. A loucura e a desonra. Agora mais do que nunca nos devemos mostrar fortes e heroicos para que se não diga ao depois que nos vendemos e que entregamos miseravelmente Moçambique aos alemães, na guerra, porque na paz, não foi possivel negociar com eles a porta aberta em Angola.

Ha ainda quem venha em defeza do partido republicano, que não é português, porque apesar de Portugal ser governado por uma duzia de pessoas que não são monarquicas, não é republicano, nem nunca o será.

Portugal republicano? Pois é possivel renegar um passado de glorias, de fé, de patriotismo, cuspir na nossa Historia?

Pois haverá quem consinta trocar os nossos reis, pelo sr. Afonso Costa, pelo sr. Norton de Matos?

A democracia começa a ruir, á força de escandalos e de crimes. Uma vez é a historia do incendio do Deposito dos Fardamentos, outra vez é o relatorio Ferreira Gil que a compromete.

Põem-se a nu todos os defeitos, todos os crimes democraticos. Levantam-se as mascaras de pano dos falsos patrioteiros.

O nosso exercito que de volta d'Africa e de França ha de falar claro, ha de fazer a historia deste periodo de incertezas deste periodo de traições, deste periodo de desonra que atravessamos agora.

Lemos um artigo do sr. Cristovam Ayres (Filho) publicado na *Capital*, quinta-feira passada:

Hoje não havera quem o não tenha lido.

E' a exautoração impiedosa do partido democratico, é o latego formidavel que atira de uma vez para sempre para o ridiculo, para a desonra e para o patibulo o sr. Norton de Matos, o *organisador* do nosso exercito.

Que exercito foi esse o que o sr. Norton de Matos organisou?

Arranquemos este periodo do libelo do major sr. Cristovam Ayres:

«Fizeram-se fornecimentos colossaes de artigos, que não chegaram a servir por inuteis emquanto faltavam ás vezes os meios necessarios e elementares. Tive no meu batalhão homens sem camisa e cobertos de piolhos, porque não havia camisas para lhes dar, mas ainda estão no arsenal do Exercito centenas de contos

Em Viana do Castelo

Um triunfo integralista

Realisou-se no passado dia 11 em Viana do Castelo a inauguração solene da Associação Patriotica Nun'Alvares. De manhã celebreu-se a cerimonia religiosa em que a piedade vianense se afirmou mais uma vez, e com vigor notavel, tendo logar pelas 8 horas e meia da noite a sessão anunciada. Falaram diversos oradores catolicos, entre eles o dr. Jayme Fernandes, o dr. Francisco Veloso, Mgr. Domingos Mariz, Lemos de Oliveira e o nosso prezado correligionario Bento da Rocha. Foram todos muito aplaudidos, seguindo-se-lhe a conferencia, do nosso querido amigo e ilustre membro da *Junta Central*, dr. Luís de Almeida Braga. Em outro logar, — no nosso logar de honra, demos um excerto dessa formosissima afirmação de talento e fé patriotica. Depois de uma invocação á terra santa do Minho, — lareira da nacionalidade, berço de poesia doce dos nossos cancioneiros, Luís de Almeida Braga apresentou com a sobriedade elegante da sua palavra a essencia do que seja em politica o regionalismo. Entrando mais directamente no tema que escolhera para a sua conferencia, produziu diante da assembleia presa da sua dominadora sedução intelectual o traço com que hoje nobilitamos a *Monarquia*.

E pondo o movimento nacionalista que o *Integralismo* representa debaixo de proteção do Santo Condestabre, terminou eloquentemente numa demonstração persuasiva de profunda renascença religiosa que se opera nos dominios do pensamento contemporaneo.

O auditorio aplaudiu-o calorosamente e,— coisa para acentuar—, recebeu com o maior dos agrados as afirmações integralistas do conferente, havendo até aí quem, que se supõe ter sido o senhor visconde de Montedor, que, ao confessar-se Luís Braga integralista, acrescentou rapido: *Muito bem!*

No dia seguinte os nossos amigos de Viana cfereceram a Luís Braga um almoço, em que a mais alta esperança nos destinos do *Integralismo* foi a nota predominante. Enviaram-nos então um telegrama que não chegamos a receber. Porquê? Por deficiencia de endereço? Ou por qualquer outra circunstancia misteriosa? Não sabemos. O que sabemos é que a festa de Viana do Castelo constituiu mais uma data gloriosa na vida do *Integralismo*. A *Delegação Municipal Integralista*, composta pelos senhores dr. João da Rocha Páris, abade de Meadelo e Manuel Espregueira de Oliveira, mostrou-se incansavel, cabendo-lhe quasi totalmente o exito da festa, não esquecendo tambem o concurso que lhe prestou a nossa *Secção Escolar*. Assim é que o *Integralismo* se manifesta numa solidariedade admiravel de vontades e de inteligencias *A Monarquia* significa por isso aos seus camaradas de Viana o eco de vivo e comovido reconhecimento que a sua obra desperta nos que trabalham nesta casa, animados pela mesma aspiração patriotica. Nas nossas saudações envolvemos o nome de Carlos Lobo de Oliveira, que é um dos mais queridos e dos mais estimados cavaleiros da nossa cruzada. Sem falar, compreende-se, da dedicação infatigavel de Luís de Almeida Braga, soldado de Couceiro na Guiza, emigrado politico na Belgica, mas sempre, o lusiado tocado de condão espiritual da nossa raça, que ele imprime com iluminada beleza á causa que defendemos. Apertamo-lo internecidamente no melhor dos abraços, inscrevendo a festa de Viana nos anaes já gloriosos do *Integralismo*.

O FADO

Ontem, no excerto da palestra de José Bruges de Oliveira publicado pela *Monarquia* afirma-se que o Fado é a canção nacional. Trata-se duma opinião pessoal daquele nosso amigo, de que nós não participamos e que o estudo, lerá José Bruges a abandona-lo. E' preciso até que o nosso nacionalismo levante uma campanha contra esse elemento de perversão sentimental e artistica, em que nada transparece de doce melancolia portuguêsa e em que só predomina a influencia das raças inferiores que mesclaram a nossa pureza étnica. Fazemos este reparo, que se conforma em tudo com a doutrina expendida no nosso formal.

Ler adiante:

Aos monarquicos; A bordo do vapor «S. Miguel» e Situação politica